Educação e pesquisa em turismo no Brasil

Education and research on tourism in Brazil

ALEXANDRE PANOSSO NETTO * [panosso@usp.br]

LUIZ GONZAGA GODOI TRIGO ** [trigo@ua.pt]

1. Introdução

O Brasil passa por mais um movimento social e político importante. Com uma jovem democracia contemporânea que sucedeu à uma ditadura militar (1964-1985), inserida no contexto Pós-Guerra Fria que marcou a história desse período na América Latina, as mudanças na estrutura jurídica e política brasileira, a partir de 2014, culminaram com o segundo impedimento de um líder da República do período pós-ditatorial¹. O país possui uma democracia pluralista que funciona normalmente, assim como os poderes constituídos, a imprensa livre e as demais instituições.

As eleições presidenciais de 2014 possuem certo grau de similitude com as eleições realizadas em 2016, nos Estados Unidos. O país ficou dividido entre duas candidaturas e os discursos da oposição, de parte da mídia e da sociedade civil

tornaram-se mais radicais e conservadores. A reeleição da candidata governista Dilma Rousseff não atenuou a crise latente mas a acentuou, provocando pressões cada vez mais fortes por parte do Congresso Nacional, do Judiciário, da sociedade civil organizada opositora ao governo e de parte da grande mídia nacional, dominada por tradicionais famílias que controlam significativas parcelas da economia. A crise econômica que envolveu o Brasil, a partir de 2014, foi agravada pela crise política e institucional que gerou incertezas e uma série de denúncias públicas de corrupção e abertura de inquéritos do Ministério Público, gerando processos aceitos e tramitados. Pela primeira vez em sua história da nova República ocorreu a prisão de importantes políticos (ex-governadores, ex-ministros, deputados, senadores e denúncias contra um ex-presidente da República) e executivos da cúpula de empresas como da estatal Petrobrás

* **Professor Livre-docente** na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). **Coordenador** do Mestrado em Turismo da EACH-USP. **Vice-presidente** da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Brasil. **Membro fundador** da ABRATUR.

** **Professor Titular** na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Atua no Mestrado em Turismo e no Mestrado de Estudos Culturais da EACH-USP. **Membro** da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Brasil e **membro fundador** da ABRATUR

¹O país se dividiu sobre o processo político que ocorreu com a deposição da presidenta Dilma. Segundo pesquisa de Ortellado e Ribeiro (2016), realizada com pessoas da cidade de São Paulo, 41,4% afirmam que o que ocorreu no Brasil foi um *Golpe de Estado*, enquanto 44,2% acreditam que o processo de deposição da presidente Dilma Rousseff foi correto dentro das normas constitucionais.

e de várias construtoras, financeiras e prestadoras de serviços em geral.

Esse cenário crítico atingiu a economia em geral e os serviços de hospitalidade e turismo, em particular. Nesse contexto, a situação do Brasil, nos anos de 2014 a 2017 foi/é marcada pela incerteza causada pelas mudanças políticas, pelas dificuldades econômicas internas e pela conjuntura internacional. Essa última é caracterizada pelo recuo das políticas sociais em vários países da América Latina, recrudescimento dos discursos isolacionistas (Brexit, eleições nos EUA, aumento da influência da direita na Europa Ocidental), racistas e conservadores em geral. Nesse clima de insegurança e diminuição das atividades econômicas, a situação do turismo nacional apresentou um paradoxo. Entre 2013 e 2016 o país sediou, com sucesso, a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014), a Olimpíada e a Paralimpíada (2016), eventos que foram captados durante os anos de alta popularidade do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, durante seus dois mandatos de 2003 a 2010.

Se durante os dois governos de Lula (2003-2010) o turismo teve uma relevância estratégica para o país, durante os governos de Dilma Rousseff (2011-2016) o paulatino agravamento da situação econômica e a paralisia ministerial da área, provocaram uma diminuição da importância do setor, seja ao nível federal, seja no setor privado. O trade sentiu o impacto das dificuldades econômicas geradas pelo desemprego, diminuição do crédito, aumento dos juros e diminuição de capital disponível para atividades de lazer, turismo e entretenimento. Os megaeventos realizados no país foram importantes para gerar um fluxo de turismo nacional e internacional que, de certa forma, mitigou parcialmente os efeitos negativos da economia e ajudou a transmitir ao público externo a imagem de um país que, apesar das dificuldades, entregava produtos e serviços em níveis bastante satisfatórios. As avaliações feitas pelos turistas estrangeiros que vieram ao Brasil nesses eventos foram positivas e a festa de abertura da Olimpíada, no estádio Maracanã,

Rio de Janeiro, foi um excelente espetáculo produzido por alguns dos mais renomados profissionais (cenógrafos, dançarinos, produtores de filmes, iluminadores, artistas...) do país e reforçaram algumas imagens que o brasileiro tem de si como povo alegre, bonito, dançante e hospitaleiro.

Esse contexto paradoxal marca a situação da educação e pesquisa sobre turismo no Brasil. O país está em uma fase de transição e de profundas mudanças em sua conjuntura social, política, cultural e econômica. O nível de incerteza é elevado, mas há uma crescente consciência que o setor de serviços deverá ser a principal alavanca da economia hodierna nacional, ao lado do agrobusiness, da produção de matérias primas e do setor industrial que sobreviver à crise e às mudanças tecnológicas e administrativas. No contexto do setor de serviços, os segmentos de consumo, tais como de cultura, turismo, hospitalidade, entretenimento, artes, eventos, gastronomia, esportes e saúde aparecem como possibilidades relevantes de geração de renda, empregos e impostos. Afinal as novas tecnologias, a globalização e as transformações socioculturais internacionais, especialmente nos países desenvolvidos, mostram que os investimentos em serviços de alta qualidade, estética e tecnologia são altamente rentáveis desde que planejados, implementados, divulgados, operacionalizados e administrados com profissionalismo e criatividade.

2. Aspectos da educação em turismo no Brasil

Para entender a complexidade e a situação da educação e pesquisa em turismo no Brasil é necessário conhecer sua história recente.

Segundo dados do Censo da Educação Superior (Brasil, 2015), em 2014 havia no país 2.368 Instituições de Ensino Superior que ofereciam em sua totalidade 32.878 cursos superiores (já incluindo os de graduação e de pós-graduação) totalizando 8.139.120 estudantes matriculados,

sendo 7.828.013 de graduação e 299.355 de pós-graduação (mestrado e doutorado). Somente em 2014 houve um ingresso de 3.110.848 novos alunos nos cursos de graduação superiores e foram graduados 1.027.092 estudantes. Ao todo são 348.928 professores que atuam na educação superior no Brasil. Os cinco cursos superiores com mais matrículas em 2014 foram Direito (813.454 matrículas), Administração (801.936), Pedagogia (652.762), Ciências Contábeis (353.597) e Engenharia Civil (317.153).

A educação formal em turismo no Brasil em nível superior é oferecida nos cursos para estudantes com mais de 17 anos de idade. Inúmeros outros cursos rápidos com reduzido número de horas de estudos (20, 40 e 100 horas, por exemplo) são oferecidos, porém esses não passam pela avaliação do Ministério da Educação do Brasil.

A educação formal superior em turismo surgiu em 1971, com o primeiro curso sendo criado na cidade de São Paulo. Ansarah (2002) elaborou uma análise das instituições brasileiras que ofereciam formação superior em turismo e evidenciaram o grande aumento na oferta de cursos de turismo, prevendo seu possível colapso. Essa autora também identificou 4 fases da educação em turismo no Brasil desde o seu surgimento no nível superior, sendo elas:

- 1) Os primórdios (1970-1980) - momento no qual os primeiros cursos foram criados. Ao fim da década de 1970 eram 19 no total. Foi o período histórico conhecido como “milagre brasileiro”, no qual grandes obras de infraestrutura foram financiadas e apoiadas pelo governo militar que naquele tempo estava no poder no Brasil.
- 2) Estagnação (1980-1990) - poucos cursos superiores de turismo foram abertos e outros foram fechados devido à histórica crise econômica e política brasileira dos anos 1980, período que ficou conhecido como a “década perdida”. Não há dados de quantos

cursos de turismo existiam no país ao fim da década de 1980.

3) Expansão (1990-2000) - devido à estabilidade econômica e política, novas obras de infraestrutura, crescimento do número de turistas internacionais, mudança na legislação que regulamentava o ensino superior, houve grande crescimento no número de novas instituições de ensino superior e de cursos superiores de turismo. De acordo com Teixeira (2001), em 1994 havia no Brasil 32 cursos superiores de turismo e hospitalidade e em 2000 esse número chegou a 225.

4) Consolidação e internacionalização (2000-2010) - o número de cursos cresceu até meados da década de 2000, quando Leal e Padilha (2008) identificaram 834 cursos de graduação oferecidos no ano de 2005. Mota e Anjos (2012), identificaram 1084 cursos em 2010, somando todas as diferentes categorias de cursos (595 bacharelados + 450 cursos de tecnologia + 38 programas sequenciais + 1 licenciatura = 1084). Em seguida a oferta de cursos superiores começou a ser reduzida pela simples lei da oferta e procura. Elementos como saturação do mercado de trabalho e baixa qualidade dos cursos ofertados (tal como a orientação mais teórica e menos prática) também contribuíram para esse declínio.

Em setembro de 2011, Leal, Panosso Netto e Trigo (2012) identificaram 475 cursos oferecidos. Esses autores identificaram uma quinta fase na educação superior em turismo. Esse período foi marcado pela busca da internacionalização, fortalecimento e criação de novos programas de pós-graduação, surgimento de novos periódicos científicos e associações de pesquisadores interessados em fortalecer a pesquisa. Uma consulta do website do Ministério da Educação (Brasil, 2016) em março de 2016, indicou 339 cursos presenciais de

bacharelado em turismo e 118 tecnológicos em atividade. Outros 3 cursos à distância de bacharelado e 12 tecnológicos foram identificados na mesma data, totalizando 472 cursos superiores na área.

O aumento repentino da oferta de cursos, entre os anos 2000 e 2010, foi positivo por colocar em discussão o tema do setor turístico no país. Porém, por outro lado, evidenciou pontos negativos como a super oferta de cursos, a qualidade duvidosa do ensino, a saturação do mercado de trabalho e o distanciamento entre academia e mercado.

É praticamente uma unanimidade a opinião de pesquisadores de turismo que existe um abismo entre a academia e o mundo do trabalho, levando a uma fragmentação do setor de turismo, tanto na própria academia como no mercado, representado pelos segmentos e subsegmentos. Há ainda, nas sociedades e economias atuais, a crescente diversificação de serviços que saíram da vertente principal do turismo para outras disciplinas, especialidades ou áreas profissionais como o lazer, gastronomia, hospitalidade, eventos, entretenimento, esportes, cultura, recreação, eventos etc.

A antiga área “guarda-chuva” dos cursos de turismo, que no Brasil iniciou-se na década de 1970, teve seu apogeu entre os anos 1998 e 2002, sendo posteriormente fragmentada e diversificada, gerando novos fatores que complicam ainda mais a educação formal em turismo no país. Houve uma brusca diminuição no número dos cursos de turismo ao longo dos últimos anos e um aumento de cursos em áreas afins ao turismo (eventos, entretenimento, lazer, gastronomia, hotelaria). Interessa ressaltar que os cursos de turismo que fecharam foram massivamente das faculdades e universidades privadas/particulares e que ocorreu o aumento na oferta de cursos nas universidades públicas. A crise global de 2008/2009, chegou com alguns anos de atraso no Brasil, mas com força, gerando inflação, desemprego, restrição profunda de créditos, diminuição de consumo e diminuição geral do número

de estudantes no ensino superior, especialmente no setor educacional privado.

Historicamente os antigos problemas do ensino de turismo no Brasil eram a falta de professores titulados (mestres e doutores) e a falta de uma visão estratégica, por parte de economistas, políticos e acadêmicos, coerente com o dinamismo e a sofisticação dos setores de viagens e turismo (Trigo, 2000, p. 246). Um problema recorrente nas discussões teóricas é a falta de uma vertente epistemológica que compreenda a dinâmica das sociedades pós-modernas (Lyotard, 1979) ou, mais recentemente, hiper-modernas (Lipovestsky, 2004), especialmente no setor de serviços ou das ciências sociais aplicadas. Em alguns países em desenvolvimento, essa carência teórica reflete-se em práticas nocivas ou equivocadas de governança e gestão nos setores público, privado ou no terceiro setor, em áreas ligadas a lazer e turismo.

A partir de meados da primeira década do século XXI, a carência de mestres e doutores na área de turismo diminuiu à medida que novos pesquisadores surgiram, tanto nos mestrados específicos de turismo, quanto nos mestrados e doutorados de áreas convergentes (hospitalidade, geografia, meio ambiente, economia, administração, etc.). Conforme já dito, existe a tendência de que os cursos superiores de turismo concentrem-se nas Universidades Públicas. Para estas, as titulações compulsórias exigem pós-graduações *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado), cada vez mais restringindo-se as vagas abertas a doutores. Esse fato abre a discussão para outras questões. Em primeiro lugar, as Universidades Públicas no Brasil primam por terem professores com dedicação exclusiva à instituição e com titulação de doutorado. Essa situação é bastante favorável ao desenvolvimento da docência e da pesquisa na área, e tem contribuído para a elevação do número de cursos de pós-graduação em turismo, raros antes de 2005 (Tabela 1).

Quadro 1 | Programas de mestrado e doutorado em turismo e áreas afins no Brasil

PROGRAMA	INSTITUIÇÃO	INÍCIO
Doutorados		
Doutorado em Estudos do Lazer**	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (Belo Horizonte)	2012
Doutorado em Turismo e Hotelaria*	Universidade do Vale do Itajaí (Balneário Camboriú)	2013
Doutorado em Turismo*	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (Natal)	2014
Doutorado em Turismo e Hospitalidade*	Universidade de Caxias do Sul-UCS (Caxias do Sul)	2015
Doutorado em Hospitalidade*	Universidade Anhembi Morumbi (São Paulo)	2015
Mestrados Acadêmicos		
Mestrado em Turismo e Hotelaria*	Universidade do Vale do Itajaí - (Balneário Camboriú)	1997
Mestrado em Turismo*	Universidade de Caxias do Sul-UCS (Caxias do Sul)	2000
Mestrado em Hospitalidade*	Universidade Anhembi Morumbi (São Paulo)	2002
Mestrado em Estudos do Lazer**	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (Belo Horizonte)	2007
Mestrado em Turismo*	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal)	2008
Mestrado em Turismo*	Universidade Federal do Paraná-UFPR (Curitiba)	2013
Mestrado em Turismo*	Universidade de São Paulo	2014
Mestrado em Turismo*	Universidade Federal Fluminense - UFF	2015
Mestrado em Hotelaria e Turismo***	Universidade Federal de Pernambuco	2017
Mestrados Profissionais		
Mestrado Profissional em Turismo*	UnB (Brasília, DF)	2007
Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos*	Universidade Estadual do Ceará - UECE (Fortaleza)	2012
Mestrado Profissional em Ecoturismo e Conservação**	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO (Rio de Janeiro)	2016
Mestrado Profissional em Turismo*	Instituto Federal de Serqipe	2016

Fonte: www.panosso.pro.br (Acesso em 15 de fevereiro de 2016. Atualizado em novembro de 2016 com consulta à plataforma Sucupira da CAPES e relatórios CAPES).

* Pertence à área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da CAPES. Membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR - Brasil).

** Não pertence à área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da CAPES.

*** Programa novo que abrirá sua primeira turma no segundo semestre de 2017.

Mas os problemas continuam nas questões teóricas envolvendo a compreensão da real importância econômica, cultural, social e política do fenômeno turístico e de suas áreas afins. Ainda há

laivos do antigo preconceito esquerdista de que as áreas de turismo, hotelaria, moda ou marketing são campos meramente “burgueses” e, portanto, alienantes ou de menor importância para a política e a academia.

O campo mais liberal ou conservador tampouco compreende essa importância, basta analisar como são tratados os acordos políticos envolvendo os órgãos e setores públicos de turismo. São moedas de trocas menores, desde o nível ministerial ao nível municipal, passando pelo estadual. São raras as cidades ou regiões que desenvolveram satisfatoriamente seu potencial turístico. Alguns poucos bons exemplos são Blumenau (Santa Catarina), Foz do Iguaçu (Paraná) Serra Gaúcha (Rio Grande do Sul), Fernando de Noronha (Pernambuco) Bonito (Mato Grosso do Sul), apenas para citar alguns. Vários empreendimentos privados tiveram graves dificuldades financeiras ou simplesmente faliram devido a problemas de planejamento, implantação, operação, gestão ou divulgação. Os parques temáticos ou aquáticos Terra Encantada (Rio de Janeiro), Wet'n Wild (Salvador, Bahia), The Waves (São Paulo); várias companhias aéreas (VASP, TransBrasil, Varig, Total, Webjet); operadoras como Soletur, Varig Travel, Stella Barros e muitas outras menores simplesmente desapareceram no turbilhão das mudanças e crises.

Essa distância (*gap*) entre o mercado e a academia ocorre em vários países do mundo, mas é acentuada em países como o Brasil. O longo período da ditadura militar brasileira provocou um fechamento mercadológico e cultural marcado pelo protecionismo e preconceito sobre ideias e inovações tecnológicas que se tornaram estratégicas em um mundo novo que surgia. Programas como a Reserva de Informática Brasileira e o Programa Nuclear baseado em tecnologias importadas de segunda linha (década de 1970), as restrições econômicas às viagens internacionais (1976-1980), a criação “oficial” do câmbio paralelo provocou uma convivência natural entre mercados rigidamente

regulamentados (aviação comercial, impostos, taxas, restrições alfandegárias) e uma certa promiscuidade entre doleiros, mercado financeiro, empresários, políticos, polícias em geral (uma das mais violentas e corruptas do continente) gerando uma cultura nefasta de bonomia, tolerância, cinismo e corrupção capilar. Os resultados mais espetaculares foram as sequências de escândalos de corrupção que eclodiram sistematicamente em todos os regimes presidenciais pós ditadura. Isso levou ao impedimento do primeiro presidente eleito por voto popular (Fernando Collor de Mello, 29/09/1992) e da Presidenta Dilma Rousseff (31/08/2016). Esse clima de corrupção permeava os ambientes corporativos de empresas ligados ao setor de viagens e turismo como o grupo Varig Tropical e muitas operadoras ou agências de viagens que traficavam com moedas estrangeiras nas fimbrias da lei. Os desmandos e problemas de gestão da INFRAERO, que durante décadas monopolizou o controle de todos os aeroportos do país, deixou-os sucateados ou obsoletos até recentemente (2014), quando alguns (Viracopos, São Paulo; Galeão, Rio de Janeiro; Guarulhos, São Paulo; Confins, Minas Gerais; Brasília, Distrito Federal) foram cedidos à gestão privada, o que melhorou consideravelmente a qualidade dos serviços técnicos, comerciais e operacionais em geral.

Basta lembrar que o descaso com transportes no Brasil se estende aos terminais portuários de passageiros (não que os de carga sejam melhores), conservação de estradas, a ausência quase absoluta de ferrovias para passageiros (com exceção de malhas urbanas em pouquíssimas cidades) ou de sistemas de metrô nas grandes cidades. O problema com o transporte aéreo de passageiros foi tão grave que provocou dois grandes acidentes (com a GOL, em 2006 e com a TAM, 2007), com 350 mortos e o denominado “caos aéreo”, de 2006 a 2009, uma das páginas mais bizarras da aviação comercial contemporânea internacional que provocou prejuízos ao longo de várias carreiras produtivas que dependem do transporte aéreo, especial-

mente as viagens a negócios ou lazer.

Enquanto companhias aéreas internacionais, entre elas Qantas, British Airlines, Lufthansa, Emirates etc., bancam disciplinas, projetos e programas educacionais em vários países do mundo junto a governos e universidades, as companhias instaladas no Brasil precisam lutar sistematicamente contra impostos e preços altos, má gestão aeroportuária e a crise estrutural que se instalou. Esse quadro complexo, cujos problemas de base não são novos, afeta diretamente a possibilidade de se conseguir maior contato entre o mundo acadêmico e o corporativo e empresarial. Países que passaram por problemas bastante graves como Chile, Colômbia, Malásia, Tailândia, Espanha, Grécia ou China emergiram para modelos altamente avançados e capacitados nos setores de viagens e turismo. Sem contar as petromonarquias riquíssimas do Oriente Médio (Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Qatar, Arábia Saudita) ou os centros de prazer mundiais (Macau, Cingapura, Las Vegas, Orlando) que fizeram do turismo, entretenimento, artes e cultura, em suma do “Turismo Laranja”, destinos marcados pela alta tecnologia, criatividade e, em alguns casos, ostentação desmesurada de gosto dúbio (Lipovetsky & Serroy, 2014).

Ao que tudo indica, muito há o que se fazer ainda pelo turismo brasileiro para que alcance os elevados padrões de qualidade internacional e que coloquem o país como destino internacional de vanguarda. Academia e mercado terão que se aproximar, caso contrário esse logro não será alcançado e nem existirá no horizonte próximo uma saída para os complexos desafios que terão que ser encarado por aqueles que trabalham na área.

3. Conclusão

De modo geral, o turismo no Brasil não se desenvolve a contento. Empresários reclamam que não existe uma efetiva política nacional para a o

setor, que a infraestrutura é deficiente e que existe alta taxa de impostos. Os acadêmicos, por sua vez, não tem força para mudar a situação e sentem-se alijados do processo decisório, pois não tem representatividade. Os turistas se indignam, pois os serviços, fora pequenas ilhas de excelência, são caros e deficientes. O governo se queixa da falta de recursos financeiros para os investimentos necessários e os técnicos governamentais que militam na área não conseguem colocar o turismo na agenda pública nacional.

Esses malfeitos levaram o Brasil a perder a grande oportunidade de se apresentar com qualidade ao mundo na Copa FIFA 2014 e nas Olimpíadas 2016. Janelas de oportunidade, tal como denominado na teoria da política pública, que não se repetirão nos próximos anos.

De outro lado, existe uma revolução silenciosa do turismo nacional. Essa revolução é feita por aqueles milhares de jovens que se formaram nos cursos superiores de turismo e que atuam em suas pequenas empresas, em seus pequenos estabelecimentos, em localidades interioranas que recebem poucos, porém conscientes turistas. São os pequenos empreendimentos de lazeres locais, de agências de viagens receptivas, secretários de turismo municipais formados na área e com mais visão de mercado e academia, destinos de turismo comunitário ou de base local. Povoados que buscam resgatar seus bens materiais como música, modo de falar e fazer e seu patrimônio histórico. Esse é um outro Brasil que não está na mídia, não está nos jornais e por isso não é largamente conhecido. É isso o que chamamos de revolução silenciosa do turismo nacional.

Sobre o futuro não há muito o que se prever com a instabilidade política e econômica que aflige o país no momento (2014-2016 e, provavelmente 2017 e 2018, até as próximas eleições para presidente). Atitudes radicais e necessárias não serão tomadas pelos governantes. Novos e ousados investimentos não serão feitos pelos empresários, pois não conseguem visualizar o futuro próximo. É

provável que o número de viagens internas entre em estagnação, pois o turismo é um item supérfluo na cesta de consumo do brasileiro. Viagens para o exterior? Essas continuaram sendo feitas por aqueles que sempre viajaram e para os quais a crise ainda não chegou tal como chegou para a classe média e para os mais pobres.

Enquanto isso os acadêmicos se esforçam para entender o movimento das próximas peças neste intrincado jogo. Porém será necessário mais do que boa vontade para avançar. Será necessário cooperação, aperfeiçoamento técnico e científico dos grupos de investigadores, uso e/ou desenvolvimento de densas ferramentas de análises estatísticas e qualitativas, visão de mercado e percepção do que está ocorrendo no mundo como um todo. É preciso sair da caixa, como muito se diz nas palestras de motivação profissional. Mas primeiro é necessário se dar conta de que existe uma caixa e de que estamos dentro dela.

Referências

- Ansarah, M. G. dos Reis. (2002). *Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais no Brasil*. São Paulo: Aleph.
- Brasil (2015). Censo da Educação Superior. Disponível em: http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior_2015/.
- Brasil (2016). Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>
- Leal, S. R. & Padilha, M. A. (2008). Brasil e América Latina, In: Tribe, J., Airey, D. Educação Internacional em Turismo. São Paulo: Senac São Paulo-SP, pp.175-186.
- Leal, S. R., Panosso Netto, A. & Trigo, L. G. G. (2012). Tourism education and research in Brazil. In G. Lohmann & D. Dredge (Eds.), *Tourism in Brazil: environment, management and segments* (pp. 173-188). Oxon: Routledge.
- Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2014). *O Capitalismo Estético na Era da Globalização*. Leya.
- Lipovetzky, G. (2004). *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla.
- Lyotard, J. F. (1979). *La condition postmoderne*.
- Mota, K. C. N. & Anjos, F. A. (2012). Educação Superior em Turismo no Brasil: análise da oferta de cursos superiores no nordeste Brasileiro pelos institutos federais. *Revista brasileira de pesquisa em turismo*, v. 6, p. 48-63.
- Ortellado, P. & Ribeiro, M. M. (2016). *Pesquisa com moradores da cidade de São Paulo sobre mobilização e engajamento políticos, identidades e opiniões políticas*. EACH-USP/Gpopai. Disponível em: <http://gpopai.usp.br/pesquisa/relatorio.html>.
- Teixeira, R. M. (2001). Ensino superior em turismo e hotelaria no Brasil: um estudo exploratório. *Revista Turismo em Análise*, 12(2), 7-31.
- Trigo, L. G. G. (2000). A importância da educação para o turismo. In: *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 243-255. www.panosso.pro.br